



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III - GUARABIRA  
CENTRO HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**GISLEIDE DA GUIA SERAFIM**

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SERRA DA  
RAIZ-PB**

**Guarabira-PB  
2023**

**GISLEIDE DA GUIA SERAFIM**

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SERRA DA  
RAIZ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba para a obtenção do título de Licenciada Plena em Geografia.

**Linha de Pesquisa:** Poder Local e Organização do Espaço.

Orientação: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

Guarabira-PB  
2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S482p Serafim, Gisleide da Guia.

O processo de emancipação política do município de Serra da Raiz - PB [manuscrito] / Gisleide da Guia Serafim. - 2023.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues , Coordenação do Curso de Geografia - CH. "

1. Território. 2. Serra da Raiz-PB. 3. Emancipação Política.

I. Título

21. ed. CDD 910

**GISLEIDE DA GUIA SERAFIM**

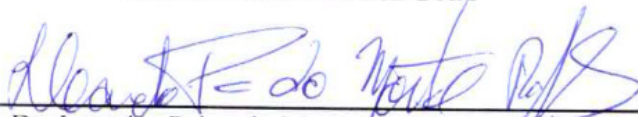
**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SERRA  
DA RAIZ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba para a obtenção do título de Licenciada Plena em Geografia.

**Linha de Pesquisa:** Geografia Política e Geopolítica

Aprovada em: 25 / 08 / 2023

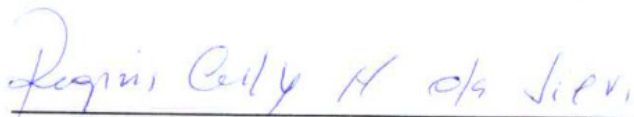
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Regina Celly Nogueira da Silva (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## DEDICATÓRIA

A Deus por ter me concedido a vida, a minha família que quem conhece de perto sabe a batalha diária que temos enfrentado, e a todos os meus amigos que não me deixaram desistir sempre me apoiando e me incentivando na caminhada para conclusão do curso de Licenciatura Plena em Geografia.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me proporcionado passar por tantas coisas relacionadas ao curso de geografia, conectando-me com a natureza e com o social de forma mais íntima, como por exemplo, ao esbarrar em uma determinada formação rochosa ter a capacidade de tentar discernir se ela é ígnea, granítica ou sedimentar, ver e admirar as ações dos agricultores ao escolher o solo adequado para o plantio e saber por que aquele solo é fértil.

Olhar para a sociedade com diversas classes sociais, grupos distintos, e conseguir fazer relações e distinções entre elas é de extrema importância, conseguir mesmo que um pouquinho enxergar quão rasa e hipócrita é a grande parte da sociedade defensora dos tão falados “direitos sociais” e tantas outras coisas que ficaram e farão parte de meu íntimo pelo resto dos meus dias é extremamente gratificante.

Externar minha gratidão a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me proporcionou a experiência de estar em sala de aula, contribuindo dessa forma, para uma melhor formação profissional. Também expressar minha gratidão ao meu orientador, Dr. Leandro de Paiva do Monte Rodrigues por aceitar está comigo nessa jornada e por ter me ajudado em momentos difíceis.

Agradeço ao meu irmão Gelvaldo que ao me ajudar em tantas outras áreas da vida, acabou me dando suporte para permanecer na Universidade, também agradeço a Marciano que desde a primeira semana que ingressei na Universidade, todos os dias me levava e me buscava de moto na cidade vizinha, onde ficávamos eu e outros colegas esperando carona para chegarmos até a UEPB.

Também quero agradecer ao meu trio de colegas, nas pessoas de Danila, Adriana e Rafa, e também a minha queridíssima amiga Sandylene. Amigos que surgiram em minha vida a partir da Universidade e que quero tê-los comigo por toda a vida. Em especial quero demonstrar aqui toda minha gratidão a duas pessoas abençoadas que Deus com sua infinita bondade me permitiu conhecer e me aproximar, a primeira é a minha amiga e parceira de residência com quem tive o prazer de trabalhar e aprender muito, Islane Ribeiro, uma amiga que nos momentos mais difíceis dos últimos anos esteve ao meu lado, e mesmo distante fisicamente sempre

esteve presente nas conversas, nas tomadas de decisões, nos conselhos, enfim, na minha vida no geral.

A segunda pessoa é um jovem mestre historiador, o Júlio Miguel que tão novo já recebeu esse diploma, a habilidade com que desenvolve seus escritos, seu discernimento e sua generosidade ao ensinar, o faz mais que merecido por sinal. Quem conhece os trabalhos desse jovem rapaz sabe a grandeza que tem, mas quem conhece ele no pessoal, sabe que esses trabalhos não se comparam com seu modo gentil, generoso e com o enorme coração que nele se encontra, por isso que venho aqui externar meus agradecimentos e minha profunda gratidão por tudo que fez e faz por mim.

Agradeço a minha família e em especial a Gil e Deóclecio por se prontificarem a me ajudar quando precisei. Também quero manifestar minha gratidão a duas amigas que Serra da Raiz me deu a honra de nos aproximar, que são Elizângela e Vera, vocês são duas irmãs que a vida me deu, e independente da distância física, vocês estarão sempre em meus pensamentos.

Grata

#### **043. CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**NOME:** GISLEIDE DA GUIA SERAFIM

**TÍTULO:** O Processo de Emancipação Política do município de Serra da Raiz-PB.

**LINHA DE PESQUISA:** Poder Local e Organização do Espaço.

**BANCA EXAMINADORA:** Prof<sup>o</sup>. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (Orientador)

Prof<sup>o</sup>. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa

Prof<sup>o</sup>. Dra. Regina Celly Nogueira da Silva

SERAFIM, Gisleide da Guia. O Processo de Emancipação Política do município de Serra da Raiz-PB. (Monografia de graduação, curso de Geografia, UEPB/CH, Orient. Leandro Paiva do Monte Rodrigues), agosto 2023.

#### **RESUMO**

O presente trabalho de pesquisa, vem discorrer sobre a temática do “Processo de Emancipação Política do município de Serra da Raiz-PB”. Nossas análises englobam desde o período de crescimento econômico da vila no final do século XIX até o ano de 1959 – ano em que foi aprovado o projeto de lei que determinou a emancipação política de Serra da Raiz-PB. Esse recorte temporal nos possibilita compreender de que modo os entraves políticos, as disputas territoriais e as lutas discursivas influíram na formação do município citado. Como objetivo geral temos: analisar os conflitos e lutas das oligarquias locais pelo território da Copaóba durante o século XIX, e como se deu a obtenção da autonomia política de Serra da Raiz. Nossa pergunta problema se constrói em: “Quais os caminhos e desafios enfrentados por uma cidade pequena que busca sua liberdade política e econômica? ”. No que se refere aos aspectos teórico-metodológicos que nortearam o trabalho foram a pesquisa com base bibliográfica e documental, buscamos estabelecer diálogos com os autores na perspectiva de uma geografia política, bem como na análise de documentos que registram as transformações do território que hoje é o município de Serra da Raiz. O trabalho desmembra-se em três capítulos no item referencial teórico; na metodologia que discorre os métodos de pesquisa; na análise dos resultados e por fim nas considerações finais.

**Palavras-chave:** Território. Serra da Raiz-PB. Emancipação Política.



## **ABSTRACT**

The present research paper discusses about the thematic of the “political emancipation of Serra da Raiz county-PB”. Our analyzes encompass since the economic growth period of the village from the late XIX century through the year of 1951 – year in which was approved the bill that determined the political emancipation of Serra da Raiz-PB. This temporal side view enables us to comprehend in which way the political obstacles, the territorial disputes and discursive battles influenced in the cited county’s formation. As a general objective, we have: analyze the battle and conflicts of the local oligarchies for the territories of the Copaóba during the XIX century, and how autonomy of Serra da Raiz was obtained. Our problem question is built in: “what are the paths and challenges faced by a small town that seeks its political and economic freedom?”. Regarding the theoretical-methodological aspects that guided this paper, they were the bibliographical and documentary research, we pursued to establish a dialog with the authors in the perspective of a political geography, as well as the analyses of documents that register the transformation of the territory that is, today, the county of Serra da Raiz. The paper is broken down in three chapters in the theoretical reference item; the methodology which discusses the research methods; in the results analyzes and lastly the final considerations.

Keywords: Territory. Serra da Raiz-PB. Political Emancipation.

## SUMÁRIO

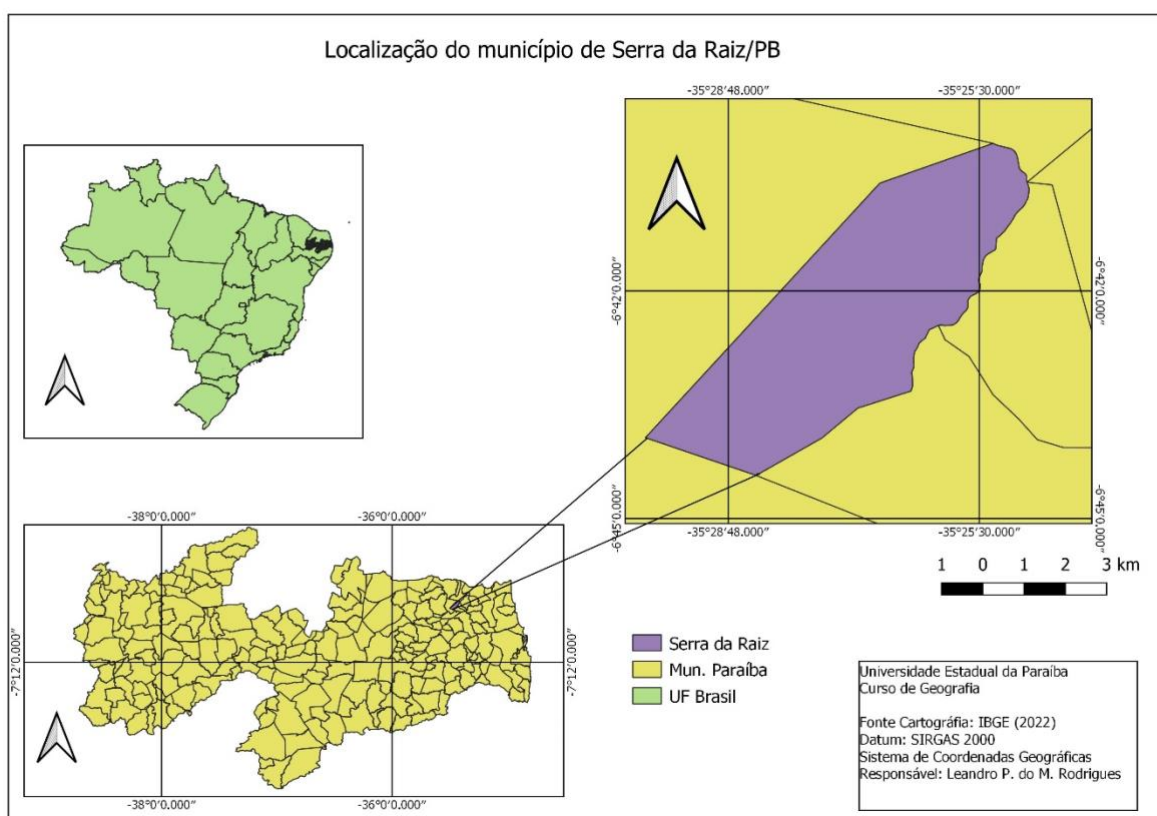
<b>1-INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	
2.1 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DA FORMAÇÃO DAS CIDADES NO BRASIL.....	15
2.2 DISPUTA DE INTERESSES PELO PODER LOCAL DA ANTIGA SERRA DA COPAOBA .....	19
2.3 OS SÉCULOS XVII E XVIII NAS TERRAS DA COPAOBA E SEUS AUTORES...24	
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÕES:</b>	
3.1 OS ENTRAVES POLÍTICOS ENTRECAIÇARA E SERRA DA RAIZ NOS SÉCULOS XIX E XX.....	26
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>5.REFERÊNCIAS. ....</b>	<b>37</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No presente artigo discorreremos sobre os assuntos voltados para o campo da geografia humana, já que temos como principal foco o processo de emancipação política do município de Serra da Raiz-PB. Ao entrarmos nessa questão, somos levados a refletir sobre as disputas políticas, econômicas e territoriais que fizeram parte do processo de criação do município, visto que se trata das inter-relações entre política e território existentes em um espaço delimitado.

Serra da Raiz é um município com uma grade história de lutas políticas, história de formação físico-territorial e social. Situado no interior do estado da Paraíba, localiza-se na Região Geografia Imediata de Guarabira e Região Geografia Intermediária de João Pessoa/PB, até o ano de 2017 descrevia-se como parte da Mesorregião do Agreste paraibano, distante 127 km da capital João Pessoa, sua população no último censo realizado em (2022), era de 3.094 habitantes, com uma área territorial de 31,679 km<sup>2</sup> (figura 1).

**Figura 1:** Localização de Serra da Raiz



Elaboração: Leandro P. do M. Rodrigues (2023)

Aprendemos na universidade que se tratando da geografia, um dos principais objetivos dessa ciência é compreender o mecanismo do espaço, para assim, facilitar a elaboração e execução de ações do homem sobre o mesmo, é de extrema importância compreender a dinâmica do espaço e do homem como sociedade no espaço, para um bom funcionamento da vida em sociedade, o que mostra a necessidade de se estudar o local onde vivemos.

Tratando-se de uma pesquisa exploratória, que segundo Oliveira (2016, p. 65) “Este tipo de pesquisa objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos”, que também abarca a pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, e espera-se que, de alguma maneira, esta pesquisa estimule a população serra-raizense a pensar a história local fazendo uma análise do lugar, onde vivem e constroem relações observando o papel e a importância de cada um nos processos e acontecimentos históricos a partir das disputas políticas que mostram como os atores sociais constituíram o modo de vida e como fizeram parte do processo de criação e manutenção do município, consolidando o sentimento afetivo da comunidade com o patrimônio local.

O interesse por esta temática surgiu a partir das conversas com dois colegas da universidade: o geógrafo Edvaldo Cardoso de Oliveira Júnior e o historiador Júlio César Miguel de Aquino Cabral. Era encantador ver o entusiasmo com que Edvaldo falava sobre a geomorfologia de Serra da Raiz e sobre os entraves entre os portugueses e os povos potiguaras no século XVI, ainda citados em trabalhos do Júlio.

Também era cativante como o historiador Júlio Miguel abordava em seus diálogos sobre como aconteceu o desenrolar que elevou Serra da Raiz a categoria de município.

Além do que, o contato com os trabalhos produzidos pelos pesquisadores já citados, também potencializou o desejo de compreender melhor a formação do espaço onde foi palco de tantas histórias.

Nas últimas décadas do século XVI, o território denominado de Serra da Copaoba foi palco de diversos conflitos envolvendo portugueses e indígenas da nação Potiguara. Depois de várias batalhas os portugueses conseguiram derrotar os índios da nação potiguara, e a coroa portuguesa distribuiu as terras roubadas por meio do sistema de sesmarias sendo esses lotes de terras distribuídos pela Monarquia portuguesa a beneficiários, com o objetivo de estimular a produção agrícola nessas

terras que até então eram terras sem atividades, mas as lutas pelas terras da Copaoba não cessaram no século XVI com a distribuição de terras.

No século XIX, essas lutas se deram de forma mais concentrada e aconteciam em campos vizinhos, hoje as cidades de Serra da Raiz e Caiçara, onde os conflitos pela hegemonia local se perduraram por décadas.

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo geral analisar os conflitos e lutas das oligarquias locais pelo território da Copaoba durante o século XIX, e como se deu a obtenção da autonomia política de Serra da Raiz. Os objetivos específicos estão pautados em: Descrever as principais estratégias utilizadas pelas oligarquias locais, para obtenção do domínio político; mostrar quais interesses que levaram as oligarquias de Serra da Raiz e de Caiçara a disputarem o poder local e; identificar a quem interessava e como aconteceu o desmembramento e emancipação política do município de Serra da Raiz-PB.

O trabalho de pesquisa tem o propósito de servir como um apoio aos professores e alunos de Serra da Raiz, que tenham pretensão de investir seu tempo na obtenção de conhecimento sobre o local onde vivem; que foi de tão grande importância para a história da região na segunda metade do século XVI, sendo este território, visto por alguns estudiosos como um dos primeiros povoados de onde se originou a colonização paraibana pelos portugueses. Além de ajudar os moradores locais a compreender o quão valioso historicamente é esse território, já que, uma grande maioria da população residente em Serra da Raiz atualmente, desconhecem o processo histórico que a cidade atravessou para se tornar “independente”.

Portanto, justifica-se a relevância desse artigo num contexto social, como um compilado de histórias acerca da nossa cidade, Serra da Raiz. Como também, uma temática relevante para o meio acadêmico, pois outros acadêmicos poderão se servir deste artigo para aprofundamento de estudos e afins.

No sentido de problematizar nossa discussão trazemos a seguinte questão que impulsionou nossas pesquisas: Quais caminhos, desafios e interesses no processo de emancipação política de pequenos núcleos de povoamento em cidade emancipadas? Sendo assim, consideramos relevante discorrer sobre essa questão problema; pois pouco se conhece sobre os percalços e percursos conflituosos que as cidades de pequeno porte enfrentam no desejo de tornar-se independente politicamente e economicamente de outra.

Partindo do método de pesquisa estudo de caso com o objetivo de analisar o caso dos conflitos e lutas das oligarquias locais pelo território da Copaóba durante o século XIX e XX, e como se deu a obtenção da autonomia política de Serra da Raiz, na hipótese de que o processo emancipatório de cidades de pequeno porte é realizado através de lutas, posicionamentos e disputas pela liberdade política, e que todos os atores envolvidos são construtores dessa história. Assim recorreremos a metodologia do estudo de caso, especificamente o estudo do caso do processo emancipatório da referida cidade.

Como afirma Yin (2005, p. 20 apud Oliveira, 2016, p. 55) “o método estudo de caso facilita a compreensão de fenômenos sociais complexos e em geral se aplica com mais frequência às áreas das ciências humanas e sociais, destacando-se a psicologia, a ciência, a política, a economia e a administração”, sendo essa a metodologia utilizada aqui para pesquisa, e posterior análise de dados. Ainda para Yin (2005 apud Oliveira, 2016, p. 55):

O método de estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, tais como: ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas[.].

Como nosso foco é analisar os conflitos e lutas de oligarquias locais, neste caso pelo território hoje denominado de cidade de Serra da Raiz, se fez necessário uma visão holística que engloba todo o processo histórico de emancipação política desse município. Como também os processos organizacionais que fizeram a cidade nascer; as mudanças urbanas e todo o ciclo que a envolve.

Os instrumentos de pesquisa foram a entrevista não-estruturada, pois os moradores mais antigos que discorreram sobre os fatos falaram livremente sobre a temática mencionada que traz o processo de emancipação política da cidade de Serra da Raiz.

O presente trabalho apresenta em sua referência teórico três capítulos que discorrerá sobre a temática aqui abordada de maneira mais detalhada a partir das pesquisas bibliográficas, documentais bem como de pesquisas de campo onde por meio de conversas e entrevistas ouvimos moradores que residem no município muito antes de sua emancipação e que por meio da tradição oral foram repassando aos seus familiares como aconteceu tal fato; e principalmente por meio dos registros documentais e seus arquivos pessoais. Será desenvolvido uma breve discussão sobre

como se deu o surgimento e a formação das cidades no Brasil, e quais os requisitos necessários para se tornar uma cidade legal.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DA FORMAÇÃO DAS CIDADES NO BRASIL**

As cidades surgiram na antiguidade após os domínios de algumas técnicas como é o caso da agricultura, pois, antes dos domínios dessas técnicas o ser humano não podia se estabelecer em um único local, por não ter recurso suficiente para manter-se ali por muito tempo segundo Santos (2014), quando começa o domínio sobre a técnica agrícola, os seres humanos começam a produzir seus próprios alimentos, criando assim meios de subsistência, e formas de fixarem residência em determinados locais por longos períodos, abandonando o nomadismo.

O autor supracitado ainda afirma que, a ideia de cidade como a materialização do habitat humano, nos leva a pensar que esse território como resultado de um trabalho que teria se originado com o processo de sedentarização, Santos (2014). O que mostra, que com o desenvolvimento das técnicas agrícolas o nômade passa a fixar residência permanente em determinados locais, iniciando a formação de pequenos grupos de pessoas que mais tarde vieram a se transformar em aldeamentos.

Já no que diz respeito ao surgimento das primeiras cidades no Brasil Segundo Godoy (2011), foi por ordem do Rei de Portugal por volta dos séculos XVI e XVII, com o intuito de criar uma proteção sobre o território do próprio Império Português. Naquela época, o papel da Igreja Católica era de extrema importância se tratando da administração e formação das cidades, além de ter poderes equiparados ao do Estado, ainda tinha um grande destaque no campo político e social, principalmente sobre o surgimento das cidades, como Godoy afirma que

A Igreja Católica tinha grande influência e atuação no processo de surgimento e administração das cidades coloniais. Tinha a função, juntamente com o Estado, de aplicação de normas e códigos de fundação e regularização do parcelamento do solo, e também, de difusão cultural-ideológica e das práticas de catequização. É em torno de uma capela que se reúnem os primeiros núcleos - curatos ou arraiás, e essa capela se torna igreja e em torno se estabelecem os freqüêses, a freqüesia se torna vila e a vila se torna cidade. A cidade cresce em torno da igreja (Godoy, 2011.p.02).

Entendemos que a igreja católica no passado foi vista como um dos maiores sistemas religiosos e políticos existentes na sociedade, como mostra a citação de Godoy (2011), a igreja católica estava inserida em um patamar de comando, que se equiparava ao do Estado.

A cidade é um sistema de relações urbanas, e o desenvolvimento das comunicações e das tecnologias de transportes dentro de um território são exemplos de estruturas urbanas existentes nas cidades.

A cidade também pode ser identificada por uma quantidade de pessoas que se dedicam as tarefas econômicas que envolvem principalmente a indústria, o comércio, e os prestadores de serviços. A indústria trabalha com matérias-primas, transformando em produtos, já a compra, venda ou troca de produtos são as principais atividades do comércio e prestadores de serviços. Além de uma grande quantidade de pessoas que trabalham na informalidade, fazendo com que haja grandes aglomerações em lugares diversos dentro de um centro urbano.

Para Rolnik (2004), quando a quantidade de mercadoria produzida vai além do necessário para o uso iminente, gera excedentes, e faz com que a cidade seja vista como território permanente de busca por trabalho e moradia. A sociedade vive em constante correria pelo bem-estar necessário para sobrevivência humana, e na cidade é onde encontrasse as principais fontes do sustento humano.

O espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização (Rolnik, 2004, P. 13).

Dessa forma, a citação acima coloca as cidades, como sendo as principais responsáveis pela geração de emprego e renda para a população, porque nelas se concentram o maior processo de produção e trocas. Esse fator tem como consequência, um atrativo meio de sobrevivência para o homem, a autora ainda faz referência as igrejas, que também reúne pela fé em comum. Para mostrar uma semelhança das cidades em qualquer época, a autora aponta que.

Na busca de algum sinal que pudesse apontar uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, a imagem que me veio à cabeça foi a de um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens. Isso mesmo, a cidade é antes de mais nada um ímã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia (Rolnik, 2004, p. 12-13).



Os aglomerados urbanos antes de se tornarem cidades já reúnem pessoas, com isso a autora faz uma analogia da cidade como uma espécie de imã, que tem o poder de atração. Na cidade encontra-se as principais características que um local necessita para influenciar na concentração de pessoas, sendo trabalho e moradia os principais funções desse processo.

Carlos (2007), apresenta a cidade como uma obra criada exclusivamente pelo humano, uma produção da sociedade, onde cada ação dentro desse território se dá de forma a suprir as necessidades ali existentes.

Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (distribuição, circulação e troca) e nesse sentido é o locus da produção (onde se produz a mais-valia) e da circulação (onde está realizada). Assim entendida a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho [...]). Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o locus da habitação e tudo o que a habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras (Carlos, 2007, p. 46).

Como mostra a citação acima, a cidade é observada de dois pontos de vista, o produtor e o morador. O produtor se vê dentro da cidade como agente fornecedor de mercadorias bens e serviços, enquanto que o morador se vê como usuário dependente desse processo.

Para a autora, uma cidade é analisada ou avaliada por tudo que nela tem e também o que é realizado, seja no que diz respeito à agricultura, indústrias, meio ambiente, saúde, educação ou no social, então pode-se dizer, que é todo um conjunto de trabalho feito por uma equipe para que se possa avaliar de forma concreta a realidade daquela cidade.

O termo cidade é bastante utilizado no dia a dia de forma bem comum, para representar um local com certa concentração populacional que se dedique a atividades urbanas, mas quando se pergunta o que é uma cidade de fato? Talvez não seja uma tarefa tão fácil de explicar.

Existem critérios básicos que são necessários para que um aglomerado com pequenas atividades urbanas venha a se tornar efetivamente uma cidade, é de fundamental importância identificar até que ponto esses aglomerados podem ser considerados cidade dentro de uma área delimitada, além do mais, é preciso entender que há uma significativa diferença entre a cidade, e o município a quem ela pertence e a tem como sede.

Observa-se que cidade e município são duas palavras diferentes que servem para caracterização também de aspectos distintos, dentro de um mesmo território, no Brasil o município é uma dimensão e demarcação política, na qual, para a sua formação é necessário ter uma cidade, que se torna a sede do município, mesmo se não houver as condições urbanas necessárias para tal.

Locatel (2011), declara que a cidade se materializa através das ações humanas, transformando paisagens naturais e reunindo diversidades sociais, que são criadas pelos seres humanos que nela vivem, e que o território da cidade não é algo estático. No caso, o autor aponta a cidade como um espaço que se transforma constantemente, principalmente em lugares com uma grande urbanização. Locatel (2011), diz que o dinamismo da cidade é constantemente modificado, ao afirmar que:

A cidade é a materialização concreta de uma realização humana, que vai se constituindo ao longo do processo histórico, que ganha materialidade diferenciada pelas múltiplas determinações as quais está submetida. Assim, o espaço físico da cidade se estende e se renova incessantemente em regiões onde os fluxos econômicos, institucionais e culturais são mais dinâmicos, o que lhe permite, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico assumir formas, características e funções distintas (Carlos, 1992 apud Locatel, 2011, p. 05).

Na fala de Locatel (2011), constata-se que a urbanização tem uma ligação direta com a cidade, e esse aumento da urbanização no Brasil está intimamente ligado ao processo de desenvolvimento das cidades, sendo esta, um projeto pensado e concretizado pelo homem.

Para entender o que pode ser considerado cidade é necessário compreender que a cidade e a urbanização também são duas coisas distintas e complexas, mas que estão interligadas no processo de desenvolvimento local. A urbanização pode ser entendida como o processo de aumento das técnicas no território. Podemos perceber esse fato tanto relacionado ao setor secundário, quanto ao setor terciário, e que esse processo pode ocasionar em um crescimento populacional, que paralelo a ele, venha também o desenvolvimento das cidades.

Ele ainda diz que, a cidade é tida como um território delimitado por um perímetro urbano que aglomeram e relacionam várias casas residenciais com comércio e indústria, mesmo que em pequena escala. Podem existir cidades, com um grande ou pequeno número de habitantes, sem que seja urbanizada, como afirma Locatel (2011):

Já que do ponto de vista jurídico-administrativo se obedece ao critério legal vigente, ou seja, se considera para fins administrativos, censitários e tributários, o perímetro urbano como limite entre a cidade e o campo, que é definido pelas câmaras de vereadores de cada município, de acordo com os interesses dos agentes hegemônicos envolvidos no processo de produção da cidade, seguindo o que se estabelece no Decreto Lei 311, de 1938. Dessa forma, pequenos vilarejos ou povoados são considerados cidades por uma normatização em vigor, que foi elaborada num período que o país ainda era agrário. (Locatell, 2010, apud Locatell 2011, p. 06).

Entende-se que a cidade pode ser considerada como um espaço delimitado pertencente a um determinado município, além de ser preciso ter um número mínimo de habitantes e uma infraestrutura que atenda minimamente as necessidades da população. Na atualidade ainda são utilizadas as mesmas normas criadas no início do XX, como mostra a citação de anteriormente citada, para definição do que pode ser considerada cidade no Brasil, sendo que o termo cidade é constantemente utilizado pela sociedade de forma simples para representar aglomerações de pessoas em espaços com atividades urbanas.

No Brasil para ser considerada cidade é necessário que se tenha uma sede do governo, no caso a prefeitura, que é comandada pelo poder executivo na pessoa do prefeito, além do poder legislativo que são os vereadores. Levando em consideração as normas em vigor e as características necessárias para se tornar cidade na primeira metade do século XX, Serra da Raiz e Caiçara não tinham atributos suficientes para esse feito, o que leva a se pensar por quais motivos e quais critérios foram utilizados para que esses aglomerados viessem a se tornar cidades legalmente reconhecidas.

## 2. 2 DISPUTA DE INTERESSES PELO PODER LOCAL DA ANTIGA SERRA DA COPAOBA

A cidade de Serra da Raiz está hoje posicionada exatamente onde era o núcleo da aldeia dos índios Potiguaras, local onde existia dezenas de aldeias. Costa (1990), aponta que, Horácio de Almeida cita em seu livro “história da Paraíba” (1966 a 1978), que existiam por volta de 50 (cinquenta) aldeias, esse número também é confirmado por Gonçalves (2007, p.105), quando afirma que, “o Ouvidor-geral, em pessoa conduziu suas tropas rumo às montanhas a oeste, arrasando as caiçaras que encontrou pelo caminho e cerca de 50 aldeias dos Potiguares, todas pegadas umas às outras”.

Aldeias essas, que representavam a unidade de cada aborígene vivendo em conjunto, (registros em documentos locais relatam que, exatamente ali, instalava-se a moradia do chefe maior da tribo dos Potiguares, o cacique Iniguaçú), que no tupi, quer dizer “rede grande” onde sua habitação localizava-se exatamente onde está situada a praça Iniguaçú atualmente na cidade de Serra da Raiz-PB.

Ao expor o enredo que fala da origem e história dos potiguares, é importante ressaltar a grandeza e brio dos preceitos e valores dos mesmos, à coragem e bravura de lutar em uma disputa tão desigual, desprovidos de recursos de guerra, sem uma grande estratégia ou organização, ou ainda, sem nenhum aparato bélico, apenas esse ato em si, já impõem respeito e admiração, e nos traz uma provável possibilidade da quebra de condutas hostis e preconceituosas de dados povos.

Esse território foi escolhido pelos indígenas da nação Potiguar como moradia definitiva devido a sua localização geográfica, e por se tratar de um lugar de altitude na faixa dos 280m de altitude, permitindo aos mesmos avistarem seus inimigos ao longe, o que lhes dava condições de vantagens, e também por se tratar de uma terra de grande fertilidade e com certa abundancia de água, proporcionava aos nativos condições de prover seus próprios alimentos.

Oliveira Junior (2018), ainda afirma que naquele momento se via um enorme avanço dos recursos para criação dos meios de produção, que aos poucos davam base para os nativos se estabelecerem no local, todo esse conjunto de fatores fizeram com que os indígenas vissem nessas terras qualificações necessárias para instalação e manutenção de seu povo.

A história desse lugar pode ser descrita a partir da trajetória dos aborígenes Potiguaras, que viveram nessas terras como os primeiros indivíduos a usufruírem desse espaço até a chegada dos portugueses. Todo esse passado tem um grande valor histórico para a cidade de Serra da Raiz e circunvizinhança, foi exatamente nessas terras onde aconteceu todo o desenrolar das “guerras da Cupaoba” conforme aponta Costa (1990).

O tempo de guerra antes da tomada do território foi o período de culminância deste lugar, onde os índios nativos foram obrigados a lutar com todas as suas forças pelas terras onde habitavam, deixando suas raízes encravadas para sempre neste local. Alguns historiadores trazem em suas memórias os Potiguaras como um povo gentil e afável, como afirma Salvador (2010, p. 235), ao dizer que, os potiguaras tinham uma boa relação com os franceses e os ajudavam a carregar de Pau-Brasil

por ano, mais de vinte navios de grande porte, além de dominarem todo aquele território da Paraíba até o Maranhão.

Nessas terras se passou a história do mameluco com a filha do Iniguaçú, história já bastante conhecida em Serra da Raiz, graças a alguns historiadores e geógrafos conterrâneos que tem colocado essa história em evidencia de alguns anos, além de ser apontada como um dos principais fatores e motivos que antecede o ataque dos índios da tribo potiguar a fazenda de Diogo Dias. Ao sair para uma caça que duraria alguns dias e onde o genro não podia participar por não ter o sangue indígena, o Iniguaçú ao retornar da caçada, não os encontrou entre seu povo, o que o fez se entristecer com a traição de seu genro, Salvador (2010, p. 236).

Madruga (1995), diz que, o mameluco que se casou com a índia Iratembé e raptou-a para perto de sua gente em Pernambuco se trata de Diogo Dias, o que não entra em conformidade com a versão de Salvador, que parece ser a mais correta, já que, Diogo Dias era um fazendeiro muito importante, e foi quem hospedou a índia e seus irmãos quando já voltavam de Pernambuco para a aldeia na Copaoba.

O Iniguaçú não se demorou, a reunir os filhos e ordenar que fossem atrás de Iratembé, e que não voltassem para a tribo sem sua filha, obedecendo a ordem dada do pai, os irmãos não se demoraram e ingressaram na busca pela jovem raptada. Segundo Salvador (2010, p. 236), quando os irmãos chegaram a Pernambuco o mameluco não quis devolver a jovem, então foram até Antônio Salema, que mandou logo notificar o pai do acusado que devolvessem a jovem e à entregassem aos irmãos. Antônio Salema era Desembargador português e eleito Governador-Geral da época.

Salvador (2010, p. 236), ainda destaca que, ao chegarem a última fazenda na fronteira de Itamaracá (atual Pernambuco), se abrigaram na fazenda de Diogo Dias, homem muito rico e que tinha relações com políticos influentes da época. Quando o autor se refere ao fazendeiro, diz que ele recebeu a todos muito bem, e principalmente a bela índia Iratembé, por quem se apaixonou e a fez prisioneira em sua fazenda, não a devolvendo mais para os irmãos.

Salvador (2010) destaca que, sabendo da notícia o Iniguaçú ordenou aos filhos que fossem falar com o capitão-mor da ilha, mas não obtiveram o resultado esperado, por se tratar de um amigo do fazendeiro, o capitão não deu importância ao caso, destaca.

A história conta que o Iniguaçú era homem gentio e com boas intenções, que com tudo que Diogo Dias o fez, mesmo assim, não procurara se vingar, mesmo por

que tinha apreço aos portugueses, mas seu extinto fora atizado por outros potiguaras, em especial os do litoral, que tinham maior contato com os franceses e também eram inimigos de Diogo Dias, como cita Salvador:

Tão bem-intencionado e afeto aos portugueses que nem ainda de seu ofensor tomara vingança, e não fora atizado por outros potiguares, principalmente pelos da beira-mar, com os quais comunicavam os franceses e para o seu comércio de pau-brasil lhes importava muito ter alianças com esses outros da serra. (Salvador, 2010. p. 237)

Ajuntaram-se todos os indígenas e ainda os da beira-mar com o apoio dos franceses e prepararam o ataque ao engenho, sendo morto Diogo Dias, todos os seus parentes e moradores da fazenda, escapando apenas um irmão que fora estudar na Europa.

Madruga (1995), afirma que, o combate na fazenda de Diogo Dias em 1574, na Capitania de Itamaracá, e ficou conhecido como “a tragédia de Tracunhaém”, e que a partir dali, seguiram-se vários anos de lutas nas terras dos aborígenes.

Gonçalves (2007, p. 104), diz que, naquele período de fortes lutas contra os Potiguaras que viviam na capitania, o Ouvidor-Geral da Bahia deu ordens para que construísse no ano de 1599 o vilarejo em local elevado, se referindo a “Copaoba”. Gonçalves ainda afirma, que:

Acompanhado por colonos vindos de Pernambuco, soldados e funcionários do rei, Martim Leitão havia chegado à Paraíba para dar início ao povoado da terra e, principalmente, para proceder à “limpeza” da área de toda e qualquer presença dos inimigos Potiguaras e franceses, os quais foram expulsos das imediações do povoado que se levantava e perseguidos nas montanhas da Copaoba e nos rios e praias que iam dar na Baía da Traição (GONÇALVES, 2007, p. 104).

Entre o mês de novembro de 1585 e dezembro do ano seguinte, o Ouvidor-Geral Martim Leitão, conduziu uma manobra militar com o intuito de acabar com qualquer presença dos inimigos Potiguaras e franceses, e assim o fez. Gonçalves (2007, p. 104), afirma que, toda a Baía da Traição e seus arredores sofreram com os ataques, primeiro saquearam tudo o quanto puderam e depois destruíram toda região de forma sistemática e impetuosa.

Segundo Gonçalves (2007, p. 104), após várias tentativas dos portugueses de tomar as terras dos Potiguaras, supõe-se que parte desse povo trilhou o caminho sentido a Copaoba, e outros para o Potengi no Rio Grande do Norte, em busca de proteção.

Gonçalves ainda diz que:

Garantida a vitória na praia, os olhos dos conquistadores voltaram-se para a Copaoba, onde a concentração de aldeias potiguara havia aumentado bastante, tanto em função da perseguição dos portugueses quanto pelo fato de que o corte do pau-brasil cada vez mais se interiorizava, tendo em vista a ocupação, ainda que relativa, do litoral pelos inimigos. Iniciada em novembro de 1585, sob o comando de João Tavares e Pero Lopes, a campanha da Copaoba foi dada por concluída apenas no final do ano seguinte, quando o Ouvidor-geral, em pessoa, conduziu as tropas rumo as montanhas a oeste, arrasando as caiçaras que encontrou pelo caminho e cerca de 50 aldeias dos Potiguaras, [...]. A derrota na Copaoba certamente foi um duro golpe para os Potiguaras, pois a Serra era considerada a sua maior força e a sua substância, por ter sido, até então, território intocado pelo inimigo. Localizada a 30 léguas do litoral, exigindo 5 jornadas de viagem para ser alcançada, a Copaoba estendia-se como uma muralha entre os homens brancos e índios, garantindo a esses últimos o refúgio necessário em tempos de guerra (Gonçalves, 2007, p. 104 - 105).

As tropas de Martim Leitão não conheciam os caminhos nem tinham domínios nenhum sobre o território, o que nos leva a pensar que os ataques articulados e executados com sucesso pelos portugueses, e as derrotas sofridas pelos potiguaras na segunda metade da década de 1580 se deu pela aliança com os índios Tabajaras.

Os assaltos sofridos nos anos de 1585 e 1586 e a derrota que se seguiu, só podem ser explicados pela participação dos índios aliados nas fileiras portuguesas. O acordo com os Tabajaras garantiu àqueles não apenas o controle da situação nas várzeas do Paraíba, mas também a abertura dos caminhos, ancestralmente conhecidos pelos Tupi, que levavam ao centro de seus domínios na serra. Este aspecto – a aliança com os Tabajaras - é, como já dissemos, essencial para compreendermos as mudanças nos rumos da guerra pelos territórios ao norte de Itamaracá. (Gonçalves, 2007, p. 105)

O ataque tão bem-sucedido, ocorreu, em virtude da presença e ajuda incontestável dos índios da tribo Tabajaras, foram eles, que com o vasto conhecimento que tinham sobre aquele território, garantiu uma melhor desenvoltura das tropas portuguesas. Estando situada exatamente entre a Caatinga e o Brejo paraibano, a Copaoba não era apenas o território pertencente ao município de Serra da Raiz hoje, mas abrangia uma área bem maior, que gradativamente foi progredindo juntamente com o desenvolvimento socioeconômico local e se desmembrando para se tornar cidades independentes.

Segundo Oliveira Junior (2018, p.35), as cidades que estão inseridas nesse contexto, e que formavam a Copaoba são as cidades de Caiçara, Duas Estradas, Sertãozinho e Belém. Essas terras já foram palco de extraordinários e cruéis

combates entre os índios da tribo potiguara, esses vindo tanto do litoral quanto da Baía da Traição e os portugueses colonizadores como mostrado anteriormente.

### 2.3 OS SÉCULOS XVII E XVIII NAS TERRAS DA CUPAOBA E SEUS ATORES

Anos depois dos ataques aos índios e da tomada das terras pelos portugueses, além de apossar-se do território, tinham como principal objetivo a exploração e colonização do local. Para tal feito os portugueses utilizaram através da segurança jurídica a distribuição das terras, pelo sistema de sesmarias, que eram lotes de terras distribuídos pelo rei de Portugal ou em nome dele para beneficiários cultivarem as terras ainda não exploradas.

Costa (1990), alega que um outro elemento colaborou para apropriação do território quando afirma que,

Se as sesmarias foram o instrumento para a posse legal da terra, um outro fator contribuiu para o apossamento de fato do território. Foi o gado bovino. Sem cercas para impedir suas entradas nas terras desertas, os gados foçavam o vaqueiro a ir no seu encalço, abrindo novas picadas, construindo abrigos rústicos dentro das capoeiras (eram pequenos ranchos feitos de ramos), ora para uns instantes de repouso; para assinalar sua passagem ou mesmo firmar uma posse nova. Desses abrigos rústicos mais das vezes surgiram sedes de fazendas, que conforme sua localização e atrativos (água, pastos, etc) transformaram-se em ajuntamentos humanos, arruamentos e povoações. As mais antigas e melhor plantadas chegaram até a ser verdadeiras “capitais” regionais, dada a influência que passaram a exercer sobre outros arruamentos. É o caso de Guarabira que, nascida em 1694, cresceu, desenvolveu-se até se tornar centro polarizador dos sertões da Cupaóba. Garante Irineu Pinto que a colonização de Guarabira é a mesma de toda a Cupaóba. (Costa, 1990, p. 82).

No século XVII e XVIII estava sendo realizada a distribuição das terras pela coroa portuguesa, no chamado sistema de sesmaria Costa (1990), afirma que, os índios que viviam no território de Caiçara, foram juntamente com os lusitanos os primeiros responsáveis pelo desenvolvimento da humanização luso-brasileira.

Nessa região, duas linhagens nativas disputaram a formação e concretização da cultura caiçarense, o primeiro a disputar com mais vigor essa posição foram os povos Potiguar e o segundo foram os Cariri (Tapuias). Costa (1990) afirma que, os Potiguaras podem ter vindo de Pernambuco pela década de 1535, ou ainda terem chegado no estado da Paraíba acerca do descobrimento do Brasil, se instalado



inicialmente na Copaoba, mais precisamente nos territórios que compreendem hoje os municípios de Serra da Raiz, Caiçara e Pirpirituba.

Sobre o primeiro morador da região de Serra da Raiz, Costa (1990), contradiz Coriolano de Medeiros, Luis Pinto e o IBGE (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros) quando afirmam que José de Abreu Cordeiro foi o primeiro a obter terras nessa região em 1776. Costa (1990), afirma ser um erro lamentável já que por volta de 1615 Raphael de Carvalho toma posse da sesmaria de nº 12, e no ano de 1619 adquire a sesmaria de nº 13 situadas na raiz da Serra da Copaoba, onde é chamado Curimatay, como afirma a citação a baixo,

A sesmaria de nº12 ficava a quem e a de nº13 além da Serra da Copaoba. Esta sesmaria de nº 13 é a que mais interessa ao nosso estudo, pois dentro dela e na margem direita do rio Curimataú (no registro denominado Curimatay) está localizada a cidade de Caiçara. Foi, pois, Raphael de Carvalho o primeiro a se apossar e, certamente, a povoar as terras de Caiçara. (Costa, 1990. p.86).

Após Raphael de Carvalho conseguir a concessão da sesmaria de nº 13 por volta de 1619, só se teve registro de concessões até a década de 1620. Costa (1990), ainda diz que, em seguida a esse período existiu uma grande lacuna nas distribuições de terras, que se estendeu-se até o final do século XVII, sem qualquer concessão de terras por sesmaria. Na primeira década do século XVIII, começa a registrar-se novas concessões de terras aos arredores de Caiçara, no entanto, as sesmarias localizadas dentro do território de caiçarense só começa a ser distribuídas em 1714.

Costa (1990) narra que a partir dessa data são distribuídas várias faixas de terra por sesmarias, e que é dito pelo protetor da memória de Caiçara (Epaminondas Tavares de Araújo), que o território onde hoje está localizada Serra da Raiz foi adquirido por Abreu Cordeiro, na qual, como demonstração de seu poder, criou um curral no limite de um lajeiro. Após esse fato, lançou a primeira pedra que daria início a Capela de Nosso Senhor do Bom Fim, sendo hoje a Matriz da cidade. Costa (1990), afirma que Coriolano de Medeiros contradiz o Almanach da Parahyba no que diz respeito a esse fato, quando descreve que,

Dessa época, pois, dataria a fundação da Serra da Raiz. Mas Coriolano de Medeiros afirma que essa fundação deve-se a BENTO JOSÉ DA COSTA, com o que concorda Pe. Luiz Gonzaga de Oliveira, eminente escritor e sacerdote serrano que considera Bento José da Costa o primeiro dono do lugar, onde construiu um curral, tomando posse da terra devoluta

(in “ A tragédia do Major”). Em assim sendo a fundação ocorreu por volta de 1808, segundo anotações de Estela Costa. (Costa 1990, p. 94).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 OS ENTRAVES POLÍTICOS ENTRE CAIÇARA E SERRA DA RAIZ NOS SÉCULOS XIX E XX.**

Os conflitos por terras e territórios estão quase sempre e diretamente relacionados à supremacia por poder, e as disputas nas terras e pelas terras da Cupaoba não foram diferentes da grande maioria. Quase três séculos depois dos combates entre os lusitanos europeus e os indígenas potiguares que culminou na criação da Capitania da Paraíba, o território da Cupaoba é disputado já agora no fim do século XIX até meados do século XX, pelas elites de Serra da Raiz e de Caiçara, desta vez de forma mais centralizada e entre elites vizinhas.

Antes de sua emancipação, esse território hoje pertencente a Serra da Raiz já esteve agrupado a outros municípios e já pertenceu aos municípios de Caiçara e Independência (atual Guarabira). Pela década de 1840 já se formava a povoação de Caiçara, onde nos dias de domingo vários comerciantes de localidades vizinhas se juntavam para trocas de bens negociáveis.

Costa (1990), afirma que, essas trocas vieram alguns anos mais tarde a se transformar na feira de Caiçara. Esse fato, impulsionou o crescimento da cidade, e a partir desse ponto a Caiçara passa a se desenvolver de forma mais intensa. Por mais que esse fosse um processo simples de desenvolvimentos, e que tivesse um significado positivo para os caiçarenses, o progresso foi visto pelos líderes políticos de Serra da Raiz como um ato definitivo no sentido de desbancar o domínio econômico dos mesmos.

Para os senhores serranos não era interessante esse tipo de comercialização nos arredores de suas fazendas, como afirma Costa (1990), nessa época os tais senhores de engenho de Serra da Raiz, se utilizavam de barracões em suas fazendas, onde faziam os pagamentos do eito com os produtos ali existentes e produzidos pelos próprios empregados.

O fato de os fazendeiros não fazerem o pagamento dos trabalhadores com dinheiro em espécie, lhes fornecia um certo domínio e poder econômico sobre os

mesmos, deixando-os incapazes de conseguir se manter sem tais produtos, que lhes serviam como principais meios de subsistência, como descreve o autor supracitado.

Segundo Costa (1990), o fato de alguns empregados se manifestarem em busca do mínimo fora das amarras dos fazendeiros serranos, não os agradou em nada. Essa fala de Costa mostra o quão perigoso era para os fazendeiros aquele tipo de comércio que estava se instalando em Caiçara, pois, poderia causar um sentimento de despertar para a liberdade nos trabalhadores, já que.

Esse fornecimento com lucro, sempre excessivo, era mais uma fonte de renda para o proprietário. Portanto, para esses senhores não havia interesse no mercado livre, para o qual barravam todas as facilidades de introdução. Com a feira de Caiçara, se os trabalhadores dos engenhos a ela não compareciam, porque lhes faltava dinheiro para comprar começou a afluir outras pessoas da Serra. O perigo de uma mudança no comportamento dos trabalhadores estava à vista, com sérios prejuízos econômico-financeiros para os donos das terras e dos “barracões” (Costa, 1990, p.112).

Como mostra o autor na citação acima, ao perceberem que teria outra forma de conseguir produtos para sobrevivência sem que precisassem ficar acorrentados as amarras cruéis de submissão dos seus patrões, os empregados poderiam indignar-se e reivindicar seus direitos a liberdade, e dessa forma, desestabilizar o sistema criado pelos fazendeiros serranos

Fica claro que os fazendeiros de Serra da Raiz da época, privavam os trabalhadores da busca por qualquer outro meio de sobrevivência que não fosse a troca do trabalho por produtos consumíveis, pois, os mantinham presos em absoluta sujeição as vontades e mandos dos senhores poderosos da época.

Esses senhores buscavam de todas as formas pôr um fim definitivo em qualquer desenvolvimento que ameaçassem o sistema criado por eles para terem o domínio sobre os seus funcionários. Há relatos de que a elite serrana no intuito de impedir que a população de Serra da Raiz chegasse até Caiçara, mandavam assentar estacas nas estradas impedindo a passagem dos mesmos.

Costa (1990), diz que, segundo Epaminondas, mesmo com toda ação para impedir o acesso dos moradores de Serra da Raiz a feira de Caiçara, não obtiveram o resultado esperado, até chegar ao ponto de prepararem ataques armados contra moradores serranos que se aventurassem a chegar até a feira.

Encontrava-se naquela época a figura de João José da Costa, o chefe de uma das famílias mais tradicionais de Serra da Raiz, que propagou o interesse político para seus descendentes (Costa, 1990).

A partir daí surgiram às malquerenças entre os povoados dando origem aos conflitos entre as elites de Serra da Raiz e de Caiçara. Um dos principais nomes da elite de Caiçara na época, era o de Manoel Soares da Costa, que apoiado por Francisco da Costa Gonçalves seu parente próximo, e por José Lucas Rangel que tinha grande influência no governo da Província sentiu-se forte o suficiente para disputar a predominância política com Serra da Raiz. Que por sua vez, tinha como líder João José da Costa (Major Costa), liderando o Partido Conservador.

Apesar de este fato reforçar a liberdade política de Caiçara frente ao poder local, não fez com que esfriasse as questões de disputa territoriais com sua vizinha Serra da Raiz. O autor continua afirmando que, a essa altura os caiçarenses já estavam embebidos pela obstinação de lutar pelo desenvolvimento de Caiçara, contra a hostilidade dos serranos, por esses tempos Francisco da Costa Gonçalves que era parente de Manoel Soares da Costa, sendo os líderes de duas das famílias mais tradicionais de Caiçara.

Segundo Costa (1990), Francisco da Costa Gonçalves era também da parentela de João José da Costa, de Serra da Raiz, se posiciona para apoiar o líder Caiçarense, contra seu parente serrano, e com a morte dos próceres políticos das duas localidades, seus respectivos filhos abraçaram a causa política, ficando Joaquim José Soares de Carvalho, filho de Manoel S. da Costa no comando do Partido Liberal e Manoel da Costa Queiroz filho de Francisco C. Gonçalves a frente do Partido Conservador em Caiçara.

Essa divisão interna trouxe mais força política aos líderes caiçarense e também mais liberdade de governar sem os mandos de Serra da Raiz, mas não acabou com os conflitos entre as povoações. Devido ao antagonismo das duas povoações, despertava-se progressivamente o desejo em cada grupo político de lutar por sua localidade.

Além de alguns líderes de Caiçara já supracitado, tiveram outras figuras a frente dos movimentos emancipacionistas da cidade de Caiçara, como no caso de Antônio Florentino da Costa Miranda, Antônio Soares de Oliveira, Joaquim de Paula Carvalho e Miguel Pedro da Silva, também foram figuras de grande valor para a política de Caiçara.

O esforço das elites em elevar sua localidade, a um patamar superior a outra, era antes de tudo, pelo ganho de poder que se podia enxergar, e nada melhor para demonstrar poder, do que conquistar território, não importando os meios utilizados para conseguir tal proeza, ainda mais, se esse território for de seu eventual inimigo.

Quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado". A análise das relações entre o Estado e o espaço foi um dos pontos privilegiados da Antropogeografia. Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas (Morais, 1994, pag.19).

Dessa forma a rivalidade entre os dois povoados passou a ficar cada vez mais intensa, e a luta pela busca de conseguir meios, para mostrar a representatividade de cada localidade citada anteriormente é desmedida (Costa, 1990). Mas de forma alguma um dos lados recuou, e continuou intercalando as vitórias conquistadas, com as derrotas sofridas dependendo do partido político que estivesse no comando em dado momento, se era o Conservador ou o Liberal, sendo que as duas localidades na época, pertenciam à comarca de Independência (hoje Guarabira).

Quando enfim, no ano de 1862 é criada a Lei de nº 67, que realiza em Serra da Raiz um juizado de paz, nesse evento fica acordado que tal cidade a partir daquele momento seria livre do Termo de Guarabira. No ano posterior essa Lei é anulada, mas é instaurada novamente pela Lei nº204, dois anos depois em 1865, voltando a existir por mais quatro anos, até 1869, quando novamente é suprimida para cumprir a Lei nº 327 do mesmo ano, que veio para revogar a anterior (Costa, 1990).

No ano de 1869 é criada uma pequena capela, feita de taipa, tendo sido construída em uma faixa de terra concedida de forma gratuita pelos então moradores do local na época, sendo que só em 1870 essa capela é elevada à categoria de paróquia, ou seja, a freguesia de Nosso Senhor do Bom Fim é construída com sede em Serra da Raiz. Costa (2010) declara que, por mais que esse projeto tenha sido um ato totalmente de caráter eclesiástico, teve grande respaldo em outras áreas, principalmente na política, já que, naquela época a Igreja tinha grande influência sobre a política.

No ano de 1883 tanto Serra da Raiz como Caiçara ainda eram apenas povoações e pertenciam a comarca de Independência (atual Guarabira), quando em 6 de dezembro desse mesmo ano é decretada a Lei nº 758 pela Assembleia

Legislativa Provincial e também sancionada pelo então presidente da Província da Parahyba na época, o senhor José Ayres do Nascimento. Essa lei ascende a categoria de vila a povoação de Caiçara, porém só no dia 22 de dezembro do mesmo ano é que a torna vila de fato, se desmembrando da comarca de Guarabira. No ano seguinte em 1884 é publicado o projeto de Lei nº 21, onde transfere a sede do município de Caiçara para a Freguesia da Serra da Raiz, como afirma a citação de Costa (1990), quando diz que,

O revide não tardou e pela Lei nº 776, de 2 de outubro de 1884, o município de Caiçara é suprimido e transferido para Serra da Raiz. Era a vitória dos serranos da facção política dos descendentes do major João José da Costa, dirigidos então pelo Pe. Emydio Fernandes de Oliveira, sacerdote de mais largo conceito, inteligente e culto que, como deputado à Assembleia Legislativa Provincial, apresentou projeto de lei naquele sentido. O município de Caiçara não teve mais que dez meses de vida. Foi questão apenas de mudar a maioria parlamentar (Costa, 1990, p. 122).

Existem alguns documentos particulares com moradores da cidade e também no (museu do homem serrano) em Serra da Raiz, que mostram o senhor Epaminondas Tavares de Araújo com argumentos que desvelam seu posicionamento sempre em defesa dos caiçarenses, enquanto que o senhor Manoel Madruga via de regra, posicionasse em defesa de Serra da Raiz.

Segundo Costa (1990), Epaminondas acusava o Pe. Emídio Fernandes de Oliveira de ter atuado com grande perseguição contra o processo de desenvolvimento da cidade de Caiçara e via na pessoa do Pe. Emídio um obstáculo ao progresso da mesma. O Pe. Emídio tinha um espírito voltado para a política, uma mente esclarecida e uma grande desenvoltura ao expressar-se, além de contar com um enorme poder de persuasão pela palavra, isso despertava uma revolta das elites de Caiçara.

Costa (1990), afirma que nessa época, o Pe. Emídio Fernandes já ocupava uma cadeira na Assembleia Provincial em defesa da bancada Conservadora. Então o Pe. Emídio acabou ganhando força e aliados em sua batalha. E com o auxílio da bancada a que pertencia o pároco, foi criada a Lei nº 776 de 2 de outubro de 1884, onde é transferida a sede do município para Serra da Raiz.

O Pe. Emídio, continuou sua luta para a elevação de Serra da Raiz, e já conquistado o status de sede do município, agora o Partido Conservador tinha maioria na Assembleia, fato esse, que causou revolta e sede de restauração na população de Caiçara, apesar das tentativas de restaurar o município por parte dos caiçarenses,

não foi um acontecimento simples e rápido, pois tiveram que travar grandes batalhas com os opositores serranos, onde se encontrava em um deles a figura imponente do Pe. Emídio.

Tão acirrada era a briga política entre as duas facções que, não satisfeitos com a transferência do município para Serra da Raiz, o Pe. Emídio Fernandes, no mesmo ano de 1884, apresentou projeto de Lei, na Assembleia Legislativa, elevando a Freguesia da Serra da Raiz à categoria de Termo e em 28 de setembro de 1885, um outro projeto à categoria de Comarca e Termo de Serra da Raiz. Estes atos repercutiram em Caiçara como acinte. E, mais que isto, uma agressão e um propósito de acabar de vez com qualquer sonho de liberdade dos caiçarenses. (Costa, 1990. p.123).

Segundo o autor supracitado os líderes de Caiçara lutavam com o objetivo de reconquistar o status de “sede” do município, adquirido em 1883 por Caiçara, não podia considerar duas sedes em um espaço de 12 quilômetros. Com a república em 15 de dezembro de 1892, também veio a supressão de Serra da Raiz.

O mesmo autor ainda afirma que, só 16 anos após esse fato é que os caiçarenses conseguem com que fossem ouvidas e cumpridas suas reivindicações, e o então presidente da Paraíba na época, o Dr. João Lopes Machado sanciona a Lei de nº 309, de 07 de novembro de 1908, onde cria o município de Caiçara.

Madruga (1995), afirma que Severino Ismael da Costa, (autor do livro caminhos de almocreves), se posicionava totalmente contra a constituição do município serrano, para isso, ratificava a ideia de que esse era um município muito pequeno, sem rendas e o mais pobre dentre os que disputavam a emancipação na época. Mas o que acontecia de fato, é que os dados expostos por Madruga (1995), mostram que Serra da Raiz era o grande pilar do município de Caiçara quando sede, isso se dava em relação a produção agrícola e outros aspectos, contradizendo Severino Ismael.

Nessa configuração, com o então Distrito de Serra da Raiz não foi diferente. Outro aspecto que Serra da Raiz teve em comum com o processo e a emancipação de muitas outras que ocorreram na Paraíba na mesma época é o fato de que por trás de todo essa conjuntura-política existiam oligarquias antagônicas, que disputavam a posse do território.

De um lado se encontrava as oligarquias que lutavam para que tal distrito não se emancipasse e continuasse a depender do município de origem, continuando também com o dominando sobre o mesmo, e do outro, estavam as oligarquias do distrito que lutavam por se libertar dos domínios de seu município de origem, passando a desempenhar um papel mais significativo em relação ao país. Bezerra

(2016), diz que essa conjuntura política foi algo comum na segunda metade do século XX, na Paraíba. Quando afirma que,

Nesse âmbito, dois surtos de fragmentação municipal merecem registros pontuais. O mais recente deles ocorreu nos anos 1990, de modo que o número de municípios brasileiros ampliou-se mais de 22%, saindo de 4.491 para 5.507 unidades. Entretanto, o período relativo aos anos 1950 e 1960 carece de um destaque diferenciado, sendo este mais acentuado no caso específico da Paraíba, (Bezerra, 2016, p. 18).

Foi entre as décadas de 1950 e 1960, como mostra a citação acima, que o estado da Paraíba teve um maior número de emancipação-política, ascendendo distritos a uma unidade de governo composta na grande maioria por conjunturas familiares e elites locais com relações diretas com o estado, onde fica evidente as ações pela produção e ganho de poder. Segundo Bezerra (2016), entre os anos de 1951 e 1965 foram elevados 130 distritos a categoria de municípios no estado da Paraíba, sendo que, entre os anos de 1958 e 1965 foram criados 111 desse total de municípios, entre os quais Serra da Raiz está inserido.

Como todo município tem seus próceres lutando por sua independência, com Serra da Raiz não foi diferente. Evidente que eram as elites locais os mais interessados pela autonomia política em Serra da Raiz, nesta cidade a igreja estava diretamente ligada as ações políticas em prol da liberdade territorial local. Tanto no século XIX com o Pe. Emídio, quanto no século XX com Pe. Luís Gonzaga, a cidade teve a frente das disputas políticas a figura de dois sacerdotes.

A campanha emancipatória desse município começou, ainda no século XIX, quando Caiçara e Serra da Raiz começaram uma disputa pela administração do poder local. Caiçara tinha como grande líder Manoel Soares, enquanto que em Serra da Raiz quem comandava era o Major Costa. O historiador local autodidata José Augusto de Oliveira atribui o título de fundador da cidade a Bento José da Costa, além de outros historiadores.

Segundo Costa (1990), no ano de 1870 a Capela de Serra da Raiz ganha o título de paróquia, sendo esse mérito atribuído ao Pe. Emídio Fernandes de Oliveira, pois, quando deputado e com o apoio da bancada a que pertencia, conseguiu em 1884, a transferência da sede do município para Serra da Raiz. O instalar dessa paróquia no território de Serra da Raiz, era como dar um grande passo para a liberdade política local, foi um ponto positivo, pois, Serra da Raiz conquistara essa



vitória em grande parte por esforços diretos do Pe. Emídio, que, como recompensa receberá a honra de ser eleito o primeiro vigário provisório da mesma paróquia.

A segunda fase da campanha pela emancipação de Serra da Raiz se deu em 1949, com o Pe. Luís Gonzaga de Oliveira, que se iniciou com uma conferência realizada no teatro Lourival Freire em Serra da Raiz, onde ele começa por defender a conduta e segundo ele, os esforços aplicados pela elite serrana, que antecederam sua época, e principalmente da atuação do Pe. Emídio, que veio abrir as portas da liberdade de Serra da Raiz, e que segundo Costa (1990), os líderes de Caiçara teriam sujado sua trajetória política e pessoal com falsas acusações.

Nessa conferência o Pe. Luís Gonzaga dá o ponta pé inicial pela campanha de emancipação política, em seu discurso o Pe. Luís afirma que seu interesse em elevar o distrito a município, baseava-se segundo ele, no argumento de que o distrito de Serra da Raiz estava abandonado pelo seu município-sede. Esse argumento se confirma quando Madruga (1995), afirma que a população não recebia o mínimo de assistência em relação a saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura, mesmo este distrito sendo a área que na época lhe dava maior suporte.

Além dos argumentos usados por Pe. Luiz Gonzaga, ainda havia por trás o interesse particular de um pequeno grupo político, que lutavam em busca de um espaço de poder, expressão muito usada por Bezerra (2016), quando se refere a pequenos grupos políticos, na grande maioria formado por familiares que buscam por uma supremacia política.

De acordo com Cabral (2021), o Pe. Luís argumenta de forma bem enfática que, os políticos de Caiçara eram indiferentes as necessidades mais indispensáveis dos habitantes serranos, fazendo com que a população local se revoltasse, se posicionando contra os mandos de Caiçara. O que confirma as convicções de Madruga (1990).

Ainda nas palavras de Cabral (2021), um outro fator que foi crucial para a emancipação de Serra da Raiz foi o fato do Pe. Luís Gonzaga de Oliveira manter bom relacionamento, com o governador do estado na época, José Américo de Almeida, além de ter ligações diretas com a imprensa.

Pelas onze horas todo o povo se achava aglomerado na rua Bento José da Costa, para receber o sr. governador José Américo, que devia proceder a inauguração “Grupo Escolar Pe. Emídio Fernandes”, recentemente construído pelo estado. Em frente á multidão colocaram-se os cavaleiros da vaquejada, formando ala, por onde devia passar o inlustre visitante e primeira autoridade do Estado, com sua comitiva. (Oliveira, 2017, p. 195)

Com essas boas relações que o Pe. Luís Gonzaga tinha no estado, teve seu desejo atendido, talvez o mais propício para aquele momento. O Pe. Luís convidou o governador José Américo de Almeida para a inauguração da escola “Pe. Emídio Fernandes”, localizada no centro de Serra da Raiz. Eventualmente usando a presença do chefe de estado, como manobra para quem sabe, atender interesses próprios ou até mesmo de um pequeno grupo elitista.

Segundo a atual coordenadora da escola Pe. Emídio Fernandes, Cleudenicé Maria Roberto Silva, a mesma foi criada pelo decreto nº 534, em 12 de dezembro de 1952. Tendo sua ampliação em dezembro de 1981.

De acordo com Oliveira (2017), o sacerdote Antônio Trigueiro foi o escolhido para palestrar na chegada do tão esperado visitante, e suas palavras se mostravam só felicidade ao discursar para o prócer do estado.

Em um evento de tão grande importância como a inauguração de uma obra estadual, a presença de alguém de tão grande relevância na política, como o chefe do poder executivo estadual, com certeza servira para dá prestígio e notoriedade a uma localidade que buscava por ascensão. Principalmente se tratando da inauguração de um grupo escolar construído pelo estado.

Em seguida o sr. Governador dirigiu-se para o Grupo Escolar onde procedeu a cerimônia de inauguração, cortando a fita simbólica. Nesse momento falou um filho da terra que procurou traduzir com toda sinceridade a satisfação de seus conterrâneos, diante de um benéfico público para cuja inauguração havia comparecido o mesmo Governador do Estado. O cônego Francisco Lima fez, no momento, o discurso programado sobre o padre Emídio Fernandes, primeiro vigário da freguesia de Serra da Raiz e patrono da nova casa de ensino na referida vila. (Oliveira, 2017, p. 196)

Ainda segundo Oliveira (2017), em seguida a este ato, foi encerrado a festividade com um discurso caloroso do Governador do Estado José Américo, após o término do discurso foram para um churrasco na fazenda Bom - Fim, realizado pela população da vila.

No quadro 1 abaixo temos a relação com os nomes dos prefeitos da cidade de Serra da Raiz desde a sua emancipação em 1959 até o ano presente. A partir dela faremos nossas análises e resultados da pesquisa:

Quadro 1: Prefeitos do Município de Serra da Raiz/PB

PREFEITO	ANO
Odolfo Guedes Alcoforado (Prefeito nomeado).	nomeado
Dival Gomes dos Santos	1959-1963
João Nepomuceno de Oliveira	1962-1968
Antônio Leopoldino de Almeida Neto	1969-1972
Ivan Machado	1972-1976
Antônio Leopoldino de Almeida Neto	1976-1982
José Alves da Silva Sobrinho	1982-1988
Antônio Leopoldino de Almeida Neto	1989-1992
Luís Gonzaga Bezerra do Duarte (Luís Machado)	1993-1996
Luís Cardoso da Silva (Lula Pimenta)	1997-2000
Adailma Fernandes	2001 - 2004
Adailma Fernandes	2005 - 2008
Luís Gonzaga Bezerra do Duarte (Luís Machado)	2009 - 2012
Adailma Fernandes	2013-2016
Adailma Fernandes	2017-2020
Luís Gonzaga Bezerra do Duarte (Luís Machado)	2021 - 2024

Fonte: TRE/PB (2023) - <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/resultados-de-eleicoes>

Na reta final do mandato, Luiz Cardoso da Silva foi afastado por alguns meses, e seu vice Minéu, assumiu o comando da prefeitura. O ano em questão foi de grandes reviravoltas na pequena cidade do agreste paraibano, pois, na década de 2000, Adailma Fernandes saiu candidata pela oposição contra seu ex-marido Luiz Machado, candidato da situação, Adailma vence a disputa contra Luiz e fica por dois mandatos no poder, de 2001 até o ano de 2008. Natural de Belém/PB, Adailma não tinha ninguém de seus antepassados envolvidos na política até aquele momento.

Em 2009 Luiz Machado volta a assumir o comando da cidade novamente, ficando por mais quatro anos, até o ano de 2012, no ano seguinte, em 2013 os dois opositores voltam a se unirem politicamente, e vão se alternando no poder, a partir de então, não saem mais da administração da cidade até o mandato atual, onde o então

prefeito Luís Gonzaga Bezerra Duarte (Luís Machado), assumiu em 2021 pelo partido (Cidadania).

Partindo do quadro acima e de todo o contexto político, com as reflexões acerca das disputas pelo cargo de governo do executivo da cidade de Serra da Raiz, percebe-se que houve uma certa predominância de nomes no cargo de prefeito, e isso mostra como o monopólio do poder insiste em permanecer nas mãos das oligarquias mesmo após todo o processo de emancipação política da cidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que este trabalho trará aos leitores e estudiosos conhecimentos de suma importância, bem como principalmente, para o povo da Serra da Raiz; à medida que tal conhecimento seja difundido de forma refletida e valorizando sua trajetória histórica de lutas e de construção territorial.

Pois, quando acontece uma emancipação político-administrativa, é quando se dá a ascensão de status de um determinado território, ou seja, acontece de forma legal a alteração nas leis que regem o distrito e no modo de administrar daquele local, é quando o mesmo se abstém de cumprir com a subordinação ao seu município de origem, convertendo-se em um novo município independente, criando suas próprias leis e sendo regido por elas.

A luta dos seres vivos por um pedaço de chão não é um assunto apenas da atualidade, e está relacionada diretamente a disputas por território, seja ele pequeno ou grande, rico ou pobre. Trabalhar com a disciplina de geografia tem com certeza um sentido especial, já que, ela está ligada a temas relacionados a superfície da terrestre, como os fenômenos naturais e sociais. Essa relação do homem com o meio ambiente faz com que o mesmo tenha uma melhor compreensão do planeta em que vive. Esse foi um dos motivos pelo qual escolhemos esse tema, conhecer o município de origem.

O presente trabalho mostra através do quadro 1 e que a história política de Serra da Raiz, existe uma supremacia política por parte da elite local a muitos anos, esse predomínio político acaba por causar uma certa estagnação no desenvolvimento local. Através do quadro acima pode-se observar que de 1993 até 2024, data em que se encerra o presente mandato do Prefeito Municipal, o poder esteve em posse de apenas duas pessoas, que se revezaram no comando da cidade, com exceção de 1997 a 2000, que teve Luiz Cardoso da Silva (Lula Pimenta), como prefeito, no

entanto, é alegado pelos populares da cidade que mesmo Lula Pimenta como responsável pela gestão do poder, nos bastidores era o prefeito antecessor a ele que continuava por chefiar a cidade.

Como já foi mostrado no decorrer do trabalho, Serra da Raiz é uma cidade pequena, mas com um grande valor histórico para os moradores locais e por que não dizer, para o estado da Paraíba. Espera-se que diante de vários fatos curiosos e até mesmo enigmáticos mostrado sobre esse território, traga o estímulo necessário aos moradores locais e visitantes, para que se desperte o interesse por uma região de tão significativo valor histórico. Além de ter a pretensão de provocar novos estudantes a continuarem a desenvolver novas pesquisas sobre Serra da Raiz, ou a região da Copaoba.

## 5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Epaminondas Tavares de. **Chorographia do Município de Caiçara**. 1912;

BEZERRA, Josineide S. **Novos municípios, velhas políticas: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba**. 2016,0Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

CABRAL, Júlio César Miguel de Aquino. **A solidão dos nômades: a trajetória do padre Luís Gonzaga de Oliveira (1915-1971)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande/PB, 2021;

CARLOS, Ana. Fani. Alessandri. **A cidade**. 8. ed. 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2007;

COSTA, Severino Ismael. **Caiçara: caminhos de almocreves**. João Pessoa: Micrográfica, 1990;

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. **A Cidade no Brasil - Período Colonial CAMINHOS DE GEOGRAFIA**. 2011;

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru, SP: EDUSC, 2007;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LOCATEL, Celso D. O rural E O URBANO NO Noroeste de São Paulo. In: PERINELLI NETO, Humberto; NARDOQUE, Sedeval; MOREIRA, Vagner José. Nas margens da boiadeira; territorialidades, especialidades, técnicas e produção no Noroeste paulista. São Paulo; Expressão Popular, 2011.

MADRUGA, Manoel. **Serra da Raiz**. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1995;

MORAIS, Antônio Carlos Robert. **Geografia. Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec. 1994, pag.19;

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004;

OLIVEIRA, José Augusto de. Apresentação. In. OLIVEIRA, Luís Gonzaga de. **Figuras e Paisagens**. João Pessoa: A União, 2017b.

OLIVEIRA JÚNIOR, Edvaldo Cardoso de. **De Copaoba à Serra da Raiz: entrelaços contextuais para um melhor ensino sobre lugar e cotidiano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, 2018.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. **O padre Emídio Fernandes e o seu tempo**. In. Revista da Academia Paraibana de Letras. N.6, p. 215- 230, 1955;

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 7ª ed. Petrópolis. Vozes, 2016;

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil**. Brasília: Senado federal, 2010.

SANTOS, Alexandre Eduardo. Do surgimento da cidade ao processo de conurbação: elementos teóricos para análise. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória: Espírito Santo. 2014. Disponível em: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404388439\\_ARQUIVO\\_Dosurgim entodacidade.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404388439_ARQUIVO_Dosurgim entodacidade.pdf). Acesso em: 14/05/2023.